



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010792-88.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Cartão de Crédito**
 Requerente: **Banco Bradesco Cartões S.A.**
 Requerido: **Roger Taylor**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Luiz Maia Santos**

Vistos.

Banco Bradesco Cartões S.A. ajuizou ação de cobrança em face de **Roger Taylor** alegando, em síntese, que o réu é usuário do cartão *American Express Membership Card RCP Platinum* sob o nº 376449910744007, tornando-se inadimplente em relação ao pagamento das faturas mencionadas na petição inicial, o que resultou no vencimento antecipado do contrato, à vista do que requereu a condenação do réu ao pagamento da quantia de R\$ 68.417,15, além da multa contratual de 2%, juros moratórios de 1% ao mês desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como correção monetária e honorários de sucumbência no que importe em 20% sobre o valor da condenação. Juntou documentos.

O réu foi devidamente citado e apresentou contestação. Impugnou o valor da causa, sob o argumento de que o contrato juntado na inicial não corresponde aos extratos juntados, vez que os extratos acusam operações realizadas entre junho/2014 a 08/04/2015, enquanto que o contrato é datado de 02/04/2015, além do que, para o cálculo do saldo devedor, o autor não aplicou a taxa média de mercado para o período, fazendo com que os juros moratórios fossem aumentados de R\$ 2.972,17 para R\$ 5.570,40, de modo que o saldo devedor deveria corresponder a R\$ 48.193,66 e não R\$ 50.791,89 que, atualizados pelos índices oficiais, com aplicação da multa de 2% e juros de 12% ao ano, implicaria uma dívida de R\$ 62.441,68. Aduziu que os valores cobrados são excessivos na medida em que houve capitalização de juros, pugnando pela aplicação do Código de Defesa do Consumidor, com a inversão do ônus da prova, e a condenação do autor ao pagamento em dobro da quantia indevidamente cobrada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O autor apresentou réplica.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O pedido comporta julgamento imediato, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, pois as alegações das partes e os documentos até então juntados bastam para o pronto desate do litígio.

O valor da causa está correto, pois corresponde à pretensão da parte autora. Logo, se o conteúdo econômico da ação, representado pelo valor dado à causa, deve corresponder ao pedido deduzido, tem-se por acertado o valor atribuído na petição inicial, sendo desnecessária sua correção.

O pedido é procedente.

O réu não negou a realização das compras representadas pelas faturas apresentadas pelo autor (fls. 60/86), de modo que a relação jurídica entre as partes é incontroversa, assim como a fruição, por parte do réu, do cartão de crédito administrado pela instituição financeira. É irrelevante a data do contrato juntado aos autos com a inicial, pois se trata de contrato de adesão celebrado por usuário de cartão de crédito e, por isso, fundamental é analisar a veracidade das informações contidas nas faturas apresentadas, o que não foi controvertido pelo réu.

No mais, a procedência é manifesta porque as cláusulas do contrato celebrado entre as partes foram redigidas de forma clara e o questionamento lacônico do réu impossibilita o reconhecimento das nulidades apontadas, porque originado o negócio da vontade livre e consciente de ambas as partes.

Portanto, agora, nada mais lógico que o réu arque com os custos das operações por ele solicitadas sem que haja qualquer interferência estatal na relação travada entre as partes.

É certo que o direito privado, pelo influxo dos ditames da corrente ideológica do pós-positivismo, sofreu e vem sofrendo no decorrer dos tempos a necessidade de se reestruturar, por meio da adoção dos valores e princípios constitucionalmente consagrados, inexistindo imutabilidade absoluta nas relações entre particulares quando se vislumbra flagrante ofensa a direitos fundamentais, o que a doutrina


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

tem proclamado como a constitucionalização do direito privado.

No caso dos autos, entretanto, não há violação de direitos dessa envergadura porque o réu, desde quando passou a se utilizar do produto e serviços oferecidos pelo autor, tinha plena ciência das obrigações assumidas e não pode agora postular a invalidação dessas obrigações, sob pena de se ofender a própria segurança jurídica, traduzida na legítima expectativa que ambas as partes têm acerca do cumprimento do objeto convencionado, o que também é assegurado em nível constitucional.

No tocante aos juros, cumpre consignar que as instituições financeiras não deviam obediência ao limite anual constante do revogado artigo 192, § 3º, da Constituição Federal, na linha do entendimento jurisprudencial já mais que consolidado a apontar que tal norma não prescindia de lei complementar para tornar-se eficaz. Nessa esteira, foram editadas a Súmula nº 648 e a Súmula Vinculante nº 7 pelo Excelso Supremo Tribunal Federal, *in verbis*: *A norma do § 3º do art. 192 da constituição, revogada pela Emenda Constitucional 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicabilidade condicionada à edição de lei complementar.*

Anote-se que “a estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade” (STJ, Súmula 382, 2ª Sec., julgado em 27/05/2009, DJe 08/06/2009), não havendo prova de que o percentual pactuado destoe da taxa de mercado. Ademais, como se vê na planilha apresentada (fl. 90), após a consolidação do saldo devedor, aplicou-se correção monetária de 12,94% ao ano e juros de mora de 1% ao mês, além da multa contratual por mora de 2%, não se vislumbrando abusividade nestas cobranças.

Assinale-se que, nos termos da Súmula 596 do Superior Tribunal de Justiça, *as disposições do Decreto no. 22.626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas que integram o sistema financeiro nacional.*

Consolidando a jurisprudência, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1388972/SC, firmou a seguinte tese, evidenciando a improcedência do pedido: *RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA - ARTIGO 1036 E SEQUENTES DO CPC/2015 - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATOS*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

BANCÁRIOS - PROCEDÊNCIA DA DEMANDA ANTE A ABUSIVIDADE DE COBRANÇA DE ENCARGOS - INSURGÊNCIA DA CASA BANCÁRIA VOLTADA À PRETENSÃO DE COBRANÇA DA CAPITALIZAÇÃO DE JUROS 1. Para fins dos arts. 1036 e seguintes do CPC/2015. 1.1 A cobrança de juros capitalizados nos contratos de mútuo é permitida quando houver expressa pactuação. (REsp 1388972/SC, Rel. Min. **Marco Buzzi**, Segunda Seção, julgado em 08/02/2017, DJe 13/03/2017).

Por isso, não se pode agasalhar a defesa do réu fundada no questionamento sobre o valor apurado pela instituição financeira com base na aplicação de uma suposta taxa média de mercado destoante da pactuação original celebrada entre as partes. Como já dito, o réu tinha plena ciência dos encargos moratórios desde o início da utilização do cartão de crédito por ele titularizado. Inadimplente com suas obrigações, deve arcar com os respectivos ônus.

Ante o exposto, **julgo procedente o pedido, para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 68.417,15 (sessenta e oito mil, quatrocentos e dezessete reais e quinze centavos) com correção monetária, nos termos do contrato e da planilha apresentada, a contar da data do ajuizamento da ação, e juros de mora, de 1% ao mês, contados da citação, extinguindo-se o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.**

Em razão da sucumbência, condeno o réu, ainda, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação, quantia que está em consonância com o art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 17 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**